

A necessidade de flexibilidade nos investimentos das seguradoras em debate



Especialistas que participaram do primeiro seminário de Investimentos da CNseg, promovido na semana passada pelo modo virtual, concordam que as regras de alocação de recursos, que regem a aplicação dos ativos garantidores e influenciam a necessidade de capital regulatório das empresas, precisam ser revisitadas com frequência, tanto para evitar que as restrições tornem menos eficazes as estratégias de casamento de ativos e passivos (ALM), quanto para fomentar a criação de produtos que impulsionem as reservas de longo prazo.

A pauta do encontro de duas manhãs (6 e 7/11) já foi uma demonstração nesse sentido, ao focar em quatro grandes temas, como as diferenças entre as regras brasileiras de aplicação de ativos e seus impactos na necessidade de capital de riscos de mercado; o uso da Inteligência Artificial aplicada à gestão de investimentos; a ALM (Asset and Liability Management) nas atividades de seguros; e, por fim, sobre evoluções da norma de Investimentos.

O debate demonstrou que, quando aplicado no País, o modelo europeu reduz significativamente o capital que precisa ser alocado em virtude do casamento imperfeito da carteira de investimentos com as obrigações da entidade.

Seguidas mudanças de normas de investimentos das seguradoras têm sido adotadas nas últimas décadas, mas novos ajustes são exigidos, em virtude da evolução do mercado financeiro, dos impactos da guinada digital da economia global e dos novos riscos emergentes surgidos a partir daí, destacou o diretor da CNseg, Alexandre Leal, na abertura do encontro.

Para ele, a gestão dos recursos das seguradoras, considerando os R\$ 1,8 trilhão de ativos garantidores disponíveis no mercado, é um pilar importante do desenvolvimento do mercado segurador, sobretudo se os custos de regulação forem decrescentes.

Vinicius Brandi, subsecretário de Regulação Financeira da Secretaria de Reformas Econômicas, concorda que é necessária a modernização das normas de investimento para seguradoras e entidades de previdência complementar. Como exemplo, ele destacou a necessidade de harmonizar as regras do Conselho Monetário Nacional com as da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), visando flexibilizar as aplicações, reduzir custos e fomentar a inovação no setor.

Após lembrar que a regulamentação atual do CMN é bem-sucedida em garantir a solvência das instituições e a proteção dos investidores, ele diz que aprimoramentos devem ser feitos para acompanhar a evolução do mercado, os avanços tecnológicos e as mudanças no perfil dos consumidores. A proposta é adaptar as normas à resolução 175 da CVM, que trouxe maior

modernização para o mercado de capitais, e harmonizar as regras para previdência aberta e fechada.

Ele explicou que os limites de investimento por segmento, um dos pontos do debate, foram adotados considerando-se um cenário com menor concorrência e menor diversificação de produtos. A flexibilização, segundo Brandi, permitiria aos participantes buscar os melhores gestores para cada tipo de aplicação, além de estimular o desenvolvimento de produtos mais sofisticados. A discussão também aborda a incorporação de diretrizes de sustentabilidade, alinhadas ao Plano de Transformação Ecológica liderado pelo Ministério da Fazenda. Brandi ressaltou a importância de preservar os mecanismos de supervisão e proteção aos investidores durante o processo de modernização.

Relatório Focus: revisão das projeções econômicas destaca alta do dólar, pressão inflacionária e aumento na taxa de juros

Confira a análise completa do Acompanhamento das Expectativas Econômicas número 330

[Clique aqui para ler o documento](#)

G20 Social: seguro prepara novos capítulos de sua aliança com as favelas brasileiras

O mercado segurador está pronto para escrever novos capítulos de seu relacionamento com as favelas brasileiras, ao acenar com produtos sob medida para suas necessidades, regulamentos mais flexíveis e contratação de seus moradores para ficar na linha de frente das vendas, inclusive.

Em síntese, esse foi o recado dado pelos representantes do setor que participaram do painel “Seguro; uma alavanca para a inclusão e emprego nas favelas”, um dos debates promovidos pelo G20 Favelas entre quinta e sábado, integrando uma das mais de 200 atividades do G20 Social, encerrado no dia 17 de novembro

O compromisso do mercado, de algum modo, confirma a premissa de que “favela não é carência, favela é potência”, mantra repetido à exaustão nos intervalos das discussões do G20 Favelas, para desconstruir a imagem de miséria, criminalidade e carência nesses territórios. As favelas brasileiras contam com mais de 16 milhões de moradores e 958.251 estabelecimentos, como oficinas mecânicas, bancos, farmácias, escritórios, lojas e comércio em geral etc.) e 29,1% de edificações em construção ou em reforma, segundo o censo 2022 das favelas, divulgado há dias pelo IBGE.

O que o seguro pode fazer?

Em sua participação no painel realizado na quinta-feira (14/11), a executiva Glauce Carvalhal, diretora jurídica da CNseg, assinalou que a criação de produtos de seguro adequados à realidade das comunidades é um passo fundamental para ampliar a incursão dos seguros nas favelas. Isso significa compreender as necessidades específicas desse público, entendendo sua "linha de vida" e os bens que precisam ser protegidos. Outra premissa: ser didático, com explicações sobre coberturas, riscos excluídos, canais de atendimento e informações sobre a regulação de sinistros.

Ela acrescentou que não basta desenvolver um produto "interessante" sem considerar a demanda e a capacidade de pagamento dos moradores. O preço, portanto, deve ser acessível e o negócio, economicamente sustentável.

Outro ponto crucial, segundo a diretora, é a distribuição dos produtos. Ela demonstrou otimismo com a proposta, apresentada no painel, de que os próprios moradores das favelas atuem como distribuidores, por conhecerem profundamente a realidade local e as necessidades da comunidade, o que os tornaria um "vetor" entre seguradoras e consumidores. Aliás, a nova seguradora à frente desse empreendimento quer, no prazo de cinco anos, contar com 120 mil colaboradores residentes em favelas/comunidades na distribuição e colocar 10 milhões de famílias protegidas pelos seus

seguros.

Carvalho afirmou ainda que o mercado segurador está preparado e "pronto" para atender às favelas, tendo já dado os primeiros passos nessa direção. Como exemplo, as ações para a ampliação dos seguros inclusivos, presentes no documento da CNseg para democratizar o acesso aos produtos de proteção, o Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros (PDMS).

Para ela, os números positivos de arrecadação dos seguros inclusivos- são produtos com tíquetes médios reduzidos- já demonstram a disposição do mercado de elevar o nível de proteção das comunidades. Só no primeiro semestre de 2024, a receita foi de R\$ 813,5 milhões, alta de 94,3% na comparação com o mesmo período de 2023. "Esse salto já é um indicativo claro de nosso compromisso para expandir o acesso do seguro, especialmente para a população de baixa renda e pequenos negócios", assinalou ela. Nesses produtos estão incorporadas algumas das principais coberturas de Danos e Responsabilidades e de garantias de Pessoas.

Ela acredita que a contratação de seguros se tornará uma prática tão natural nas comunidades quanto o consumo de qualquer outro produto. A diretora finalizou sua fala confiante de que essa inclusão financeira trará benefícios para moradores e para o setor de seguros como um todo.

Além de Glauce Carvalho, o painel do G20 Favelas dedicado a discutir a participação do seguro na proteção das comunidades contou com a participação de Airton Almeida Filho, diretor da Susep, Helder Molina (CEO do grupo MAG), Patrícia Campos (diretora da MAG), e foi mediado por Elaine Caccavo, vice-presidente da Central Única das Favelas (CUFA).

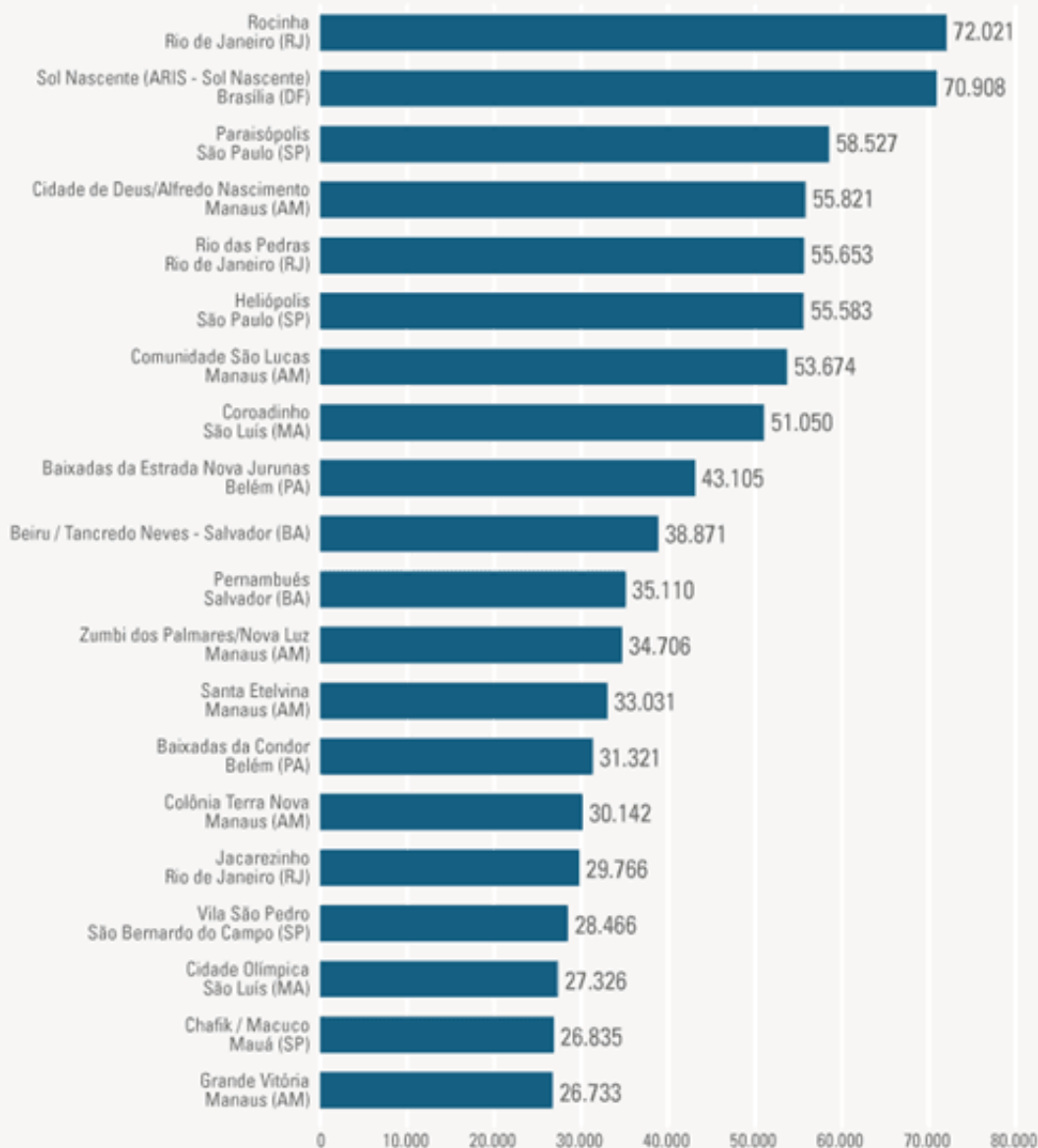
RETRATO DAS FAVELAS É APRESENTADO PELO CENSO DO IBGE

- O Censo 2022 encontrou 12.348 Favelas e Comunidades Urbanas, onde viviam 16.390.815 pessoas, o que equivalia a 8,1% da população do país. Em 2010, foram identificadas 6.329 Favelas e Comunidades Urbanas, onde residiam 11.425.644 pessoas, ou 6,0% da população do país naquele ano.
- Entre as 12.348 Favelas e Comunidades Urbanas do país, a Rocinha, no Rio de Janeiro (RJ), era a mais populosa (72.021 moradores), seguida por Sol Nascente, em Brasília (DF), com 70.908 habitantes; Paraisópolis, em São Paulo (SP), com 58.527 pessoas e Cidade de Deus/Alfredo Nascimento, em Manaus (AM), com 55.821 moradores.
- Entre as vinte Favelas e Comunidades Urbanas mais populosas do País, oito estavam na Região Norte (sete delas em Manaus), sete no Sudeste, quatro no Nordeste e somente uma (Sol Nascente) no Centro-Oeste.
- As unidades da federação com as maiores proporções de sua população residindo em Favelas e Comunidades Urbanas eram Amazonas (34,7%), Amapá (24,4%) e Pará (18,8%).
- Rio das Pedras é a segunda favela do país em número de domicílios (23.846 domicílios), precedida por Rocinha (30.371 unidades) e seguida por Sol Nascente (21.889 domicílios).
- A população das favelas era mais jovem que a do país como um todo. A idade mediana da população do país era 35 anos e, nas Favelas e Comunidades Urbanas, 30 anos. Já a distribuição por sexo da população das Favelas era praticamente a mesma do país.
- O índice de envelhecimento nas Favelas e Comunidades era 45,0, ou seja, existiam 45 idosos (60 anos ou mais) para cada 100 crianças de 0 a 14 anos, bem menor que o da população do país (80,0 idosos para cada 100 crianças).
- As proporções de pardos (56,8%) e pretos (16,1%) na população das Favelas e Comunidades Urbanas era superior aos percentuais observados na população total (respectivamente 45,3% e 10,2%). Por outro lado, a proporção das pessoas brancas na população do país (43,5%) era bastante superior ao percentual observado na população das Favelas e Comunidades Urbanas (26,6%).
- Entre os 958.251 estabelecimentos encontrados pelo Censo 2022 nas Favelas e Comunidades Urbanas, 7.896 eram de ensino, 2.792 eram de saúde e 50.934 eram estabelecimentos religiosos. Proporcionalmente, nas Favelas e Comunidades Urbanas havia 18,2 estabelecimentos religiosos para cada estabelecimento de saúde e 6,5 estabelecimentos religiosos para cada estabelecimento de ensino.

Destaque do Censo 2022: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em Favelas e Comunidades Urbanas

- O Censo 2022 encontrou 12.348 Favelas e Comunidades Urbanas, onde viviam 16.390.815 pessoas, o que equivalia a 8,1% da população do país. Em 2010, foram identificadas 6.329 Favelas e Comunidades Urbanas, onde residiam 11.425.644 pessoas, ou 6,0% da população do país naquele ano.
- Entre as 12.348 Favelas e Comunidades Urbanas do país, a Rocinha, no Rio de Janeiro (RJ), era a mais populosa (72.021 moradores), seguida por Sol Nascente, em Brasília (DF), com 70.908 habitantes; Paraisópolis, em São Paulo (SP), com 58.527 pessoas e Cidade de Deus/Alfredo Nascimento, em Manaus (AM), com 55.821 moradores.
- Entre as vinte Favelas e Comunidades Urbanas mais populosas do País, oito estavam na Região Norte (sete delas em Manaus), sete no Sudeste, quatro no Nordeste e somente uma (Sol Nascente) no Centro-Oeste.
- As unidades da federação com as maiores proporções de sua população residindo em Favelas e Comunidades Urbanas eram Amazonas (34,7%), Amapá (24,4%) e Pará (18,8%).
- Rio das Pedras é a segunda favela do país em número de domicílios (23.846 domicílios), precedida por Rocinha (30.371 unidades) e seguida por Sol Nascente (21.889 domicílios).
- A população das favelas era mais jovem que a do país como um todo. A idade mediana da população do país era 35 anos e, nas Favelas e Comunidades Urbanas, 30 anos. Já a distribuição por sexo da população das Favelas era praticamente a mesma do país.
- O índice de envelhecimento nas Favelas e Comunidades era 45,0, ou seja, existiam 45 idosos (60 anos ou mais) para cada 100 crianças de 0 a 14 anos, bem menor que o da população do país (80,0 idosos para cada 100 crianças).
- As proporções de pardos (56,8%) e pretos (16,1%) na população das Favelas e Comunidades Urbanas era superior aos percentuais observados na população total (respectivamente 45,3% e 10,2%). Por outro lado, a proporção das pessoas brancas na população do país (43,5%) era bastante superior ao percentual observado na população das Favelas e Comunidades Urbanas (26,6%).
- Entre os 958.251 estabelecimentos encontrados pelo Censo 2022 nas Favelas e Comunidades Urbanas, 7.896 eram de ensino, 2.792 eram de saúde e 50.934 eram estabelecimentos religiosos. Proporcionalmente, nas Favelas e Comunidades Urbanas havia 18,2 estabelecimentos religiosos para cada estabelecimento de saúde e 6,5 estabelecimentos religiosos para cada estabelecimento de ensino.

Ranking das vinte maiores favelas do país em número de moradores



Fonte: Censo Demográfico 2022



Fonte: CNseg, em 18.11.2024